



PROVA



CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM/MS

Concurso Público 01/2026

CARGO: Técnico Legislativo

TURNO: Manhã

INSTRUÇÕES GERAIS

01. **DURAÇÃO DA PROVA: 3 (três) horas, incluído o tempo para o preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS.**
02. **Verifique se o seu CADERNO DE QUESTÕES está completo, com 40 (quarenta) questões objetivas do tipo múltipla-escolha, e se o seu tipo de prova (A ou B) é compatível com a sua FOLHA DE RESPOSTAS (A ou B).**
03. Cada questão possui 4 (quatro) alternativas do tipo A, B, C, D. Assinalar apenas uma das alternativas na FOLHA DE RESPOSTAS.
04. O preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS é de inteira responsabilidade do candidato.
05. **Em hipótese alguma a FOLHA DE RESPOSTAS será substituída por erro do candidato, mesmo em caso de rasuras ou marcações indevidas.**
06. Na FOLHA DE RESPOSTAS, verifique se seus dados estão corretamente preenchidos.
07. As questões estão representadas pelos seus respectivos números na FOLHA DE RESPOSTAS.
08. **As marcações na FOLHA DE RESPOSTAS deverão ser feitas com caneta esferográfica de tinta AZUL OU PRETA.**
09. Durante a realização das provas, NÃO se permitirá consulta a materiais diversos nem comunicação entre os candidatos.
10. **É expressamente proibido o uso de qualquer equipamento eletrônico no local de provas, inclusive qualquer tipo de relógio digital ou analógico.**
11. Os objetos não permitidos deverão ser guardados em sacos invioláveis e opacos, disponibilizados pelos fiscais do IAN.
12. **Somente será permitido ao candidato sair do local de provas depois de transcorrido o tempo de 1 (uma) hora de prova, mediante a ENTREGA OBRIGATÓRIA da sua FOLHA DE RESPOSTAS e do seu CADERNO DE QUESTÕES ao fiscal de sala.**
13. **O candidato poderá levar o CADERNO DE QUESTÕES somente depois de transcorrido o tempo de 2 (duas) horas de prova.**
14. **Os 3 (três) últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados juntos quando todos concluírem as suas respectivas provas.**



LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder às questões de 01 a 10.

A ilusão da eficiência

Em tempos de intensa digitalização dos serviços públicos, tornou-se comum associar o avanço tecnológico à ideia de eficiência administrativa. Entretanto, a mera incorporação de ferramentas digitais não assegura, por si só, a melhoria dos serviços prestados ao cidadão. A tecnologia, quando desacompanhada de planejamento, de capacitação permanente dos servidores e de mecanismos de controle, converte-se em instrumento estéril, incapaz de produzir os resultados que dela se esperam.

Não raro, administrações públicas investem vultosos recursos em sistemas informatizados sem previamente redefinir seus processos internos. Cria-se, então, a falsa impressão de modernização, quando, em verdade, apenas se transferem para o ambiente digital as mesmas deficiências que já comprometiam os procedimentos tradicionais.

A eficiência administrativa exige mais do que equipamentos sofisticados ou plataformas eletrônicas de última geração. Requer, sobretudo, a construção de uma cultura institucional baseada no planejamento, na transparência e na avaliação contínua dos resultados. Sem esses pilares, a tecnologia deixa de ser instrumento de transformação para tornar-se mero ornamento burocrático.

Por isso, a verdadeira inovação na Administração Pública não reside simplesmente na aquisição de novos sistemas, mas na capacidade de repensar práticas, corrigir distorções e colocar o interesse público acima do fascínio pelas soluções tecnológicas.
(Celso Magalhães – Texto adaptado)

01. A ideia central defendida pelo autor do texto é:

- (A) A Administração Pública deve substituir todos os seus métodos tradicionais por soluções digitais.
- (B) A eficiência administrativa depende exclusivamente da modernização tecnológica.
- (C) A tecnologia somente produz resultados positivos quando acompanhada de mudanças estruturais e de planejamento.
- (D) Os sistemas informatizados são responsáveis pelas deficiências da Administração Pública.

02. No trecho "... fascínio pelas soluções ...", a palavra destacada pode ser substituída, sem prejuízo de sentido, por

- (A) repulsa.
- (B) encantamento.
- (C) hesitação.
- (D) estranhamento.

03. Considere o seguinte trecho do texto: "Não raro, administrações públicas investem vultosos recursos em sistemas informatizados...". Assinale a alternativa em que:

I. a expressão destacada foi corretamente substituída por termo ou expressão de sentido equivalente; e

II. todas as palavras estão grafadas de acordo com a ortografia oficial vigente.

- (A) I. Frequentemente; II. exceção – paralização – pretensão.
- (B) I. Esporadicamente; II. análise – excessão – apreensão.
- (C) I. Amiúde; II. exigência – paralisação – pretensão.
- (D) I. Incomumente; II. análise – paralização – pretensão.

04. Em "...quando, em verdade, apenas se transferem para o ambiente digital...", a colocação pronominal empregada é um caso de

- (A) próclise obrigatória.
- (B) ênclise obrigatória.
- (C) mesóclise.
- (D) próclise facultativa.

05. Considere os trechos: "... as mesmas deficiências que já comprometiam ..." e "A eficiência administrativa exige mais do que equipamentos sofisticados...". Assinale a alternativa em que a análise morfosintática e semântica dos elementos destacados está CORRETA.

- (A) O pronome relativo “que” exerce a função de objeto direto, e a preposição “de” exprime ideia de origem.
- (B) O pronome relativo “que” exerce a função de sujeito da forma verbal “comprometiam”, e a preposição “de” estabelece relação semântica de comparação.
- (C) O pronome relativo “que” exerce a função de complemento nominal, e a preposição “de” indica instrumento.
- (D) O pronome relativo “que” exerce a função de adjunto adnominal, e a preposição “de” estabelece relação de posse.

06. Considere o período "Sem esses pilares, a tecnologia deixa de ser instrumento de transformação para tornar-se mero ornamento burocrático". A oração destacada é

- (A) oração subordinada adverbial final reduzida de infinitivo.
- (B) oração subordinada substantiva objetiva direta.
- (C) oração subordinada adjetiva restritiva.
- (D) oração coordenada sindética conclusiva.

07. Em "Cria-se, então, a falsa impressão de modernização...", o sujeito da forma verbal destacada é

- (A) inexistente.
- (B) simples.
- (C) composto.
- (D) indeterminado.

08. No trecho "Requer, sobretudo, a construção de uma cultura institucional...", a vírgula empregada após “sobretudo” justifica-se por

- (A) separar oração subordinada.
- (B) isolar expressão adverbial intercalada.
- (C) separar apostro explicativo.
- (D) marcar elipse verbal.

09. Assinale a alternativa em que o emprego do acento indicativo de crase está CORRETO.

- (A) A Administração Pública deve obedecer à princípios constitucionais.
(B) O relatório foi encaminhado à qualquer servidor.
(C) Os técnicos começaram à revisar os procedimentos.
(D) Os gestores referiram-se à nova política de transparência.

10. Considere a reescritura do trecho: “A tecnologia, quando desacompanhada de planejamento, de capacitação permanente dos servidores e de mecanismos de controle, converte-se em instrumento estéril...”. Assinale a alternativa cuja redação está inteiramente de acordo com a norma-padrão, no que se refere à regência e à concordância nominal e verbal.

- (A) É necessária mudanças estruturais para que a tecnologia deixe de servir à práticas meramente burocráticas.
(B) Bastante servidores mostraram-se favoráveis às medidas de modernização, embora permanecesse inalteradas as deficiências administrativas.
(C) Permanecem indispensáveis à eficiência administrativa o planejamento, a capacitação permanente e os mecanismos de controle.
(D) Fazem muitos anos que se assistem à sucessivas tentativas de modernização sem que hajam resultados concretos.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

11. Segundo a Lei Orgânica, todos os institutos a seguir são competências privativas do Município de Jardim/MS, EXCETO

- (A) dispor sobre administração, utilização e alienação dos bens públicos.
(B) planejar e controlar o uso, o parcelamento e a ocupação do solo em seu território, especialmente o de sua zona urbana.
(C) prover sobre a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos domiciliar, hospitalar e de outros resíduos de qualquer natureza por administração direta, por terceiros através de concessão ou por cooperativas criadas com essa finalidade.
(D) proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

12. Além de outros casos previstos na Lei Orgânica, ao Município de Jardim/MS é vedado

- I. Estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.
II. Recusar fé aos documentos públicos.
III. Criar distinções entre brasileiros natos ou preferências entre si.

IV. Subvencionar ou auxiliar, de qualquer forma, com recursos públicos, quer pela imprensa, rádio, televisão, serviço de alto-falante, cartazes, anúncios ou outro meio de comunicação, propaganda político-partidária ou a que se destinar a campanhas ou objetivos de estranhos à Administração e ao interesse público.

Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
(B) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
(C) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
(D) Todas as assertivas estão corretas.

13. Analise as assertivas abaixo, à luz da Lei Orgânica do Município de Jardim/MS:

I. O prazo de validade do concurso público municipal é de 2 (dois) anos, admitida uma única prorrogação por igual período.

II. Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, o candidato aprovado em concurso público possui preferência para assumir cargo ou emprego na carreira em relação a novos concursados.

III. A não observância das regras relativas à investidura em cargo público e ao prazo de validade do concurso público implica nulidade do ato e punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

IV. O Município admite a nomeação de parentes consanguíneos até o terceiro grau para cargos em comissão, desde que haja prévia autorização legislativa.

Estão CORRETAS

- (A) I e II, apenas.
(B) I, II e III, apenas.
(C) II e III, apenas.
(D) I, III e IV, apenas.

14. À luz das normas relativas aos servidores públicos municipais de Jardim/MS, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos exclusivamente por servidores efetivos.
(B) É vedada, em qualquer hipótese, a acumulação remota de cargos públicos.
(C) O servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado em cargo compatível com sua limitação física ou mental, mantida a remuneração do cargo de origem.
(D) Os acréscimos pecuniários percebidos pelo servidor poderão ser computados para concessão de acréscimos ulteriores, desde que decorram de lei específica.

15. Assinale a alternativa que constitui espécie normativa privativa do Poder Legislativo e que independe de sanção do Chefe do Poder Executivo.

- (A) Decreto regulamentar.
(B) Portaria.
(C) Lei ordinária.
(D) Decreto legislativo.

16. À luz da Lei Orgânica do Município de Jardim/MS, analise as afirmativas a seguir.

I. Invalidada por sentença judicial a demissão de servidor estável, este será reintegrado ao cargo anteriormente ocupado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, será reconduzido ao cargo de origem, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

II. O servidor estável poderá perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado, mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa ou mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, também assegurada ampla defesa.

III. A aquisição da estabilidade ocorre automaticamente após três anos de efetivo exercício, independentemente de avaliação especial de desempenho.

IV. É vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime próprio de previdência social, ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal.

Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.

17. Considere a seguinte situação hipotética: “*Em 1º de março, o Prefeito Municipal encaminhou projeto de lei de sua iniciativa e solicitou urgência em sua apreciação. Decorridos 30 (trinta dias), a Câmara Municipal não apreciou a proposição. Simultaneamente, tramitavam projeto de lei complementar e veto do Prefeito pendente de deliberação.*”. À luz da Lei Orgânica do Município de Jardim/MS, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O projeto em regime de urgência sobrestará todas as demais matérias, inclusive projetos de lei complementar e vetos.
- (B) O projeto em regime de urgência sobrestará as demais proposições, ressalvados os vetos e os projetos de lei complementar.
- (C) O veto terá preferência absoluta sobre qualquer outra matéria.
- (D) O projeto em regime de urgência será automaticamente considerado aprovado.

18. Sobre a perda do mandato de Vereador, analise os itens:

I. O Vereador perderá o mandato se deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias, salvo licença ou missão autorizada.

II. O Vereador que sofrer condenação criminal transitada em julgado terá a perda do mandato declarada pela Mesa Diretora.

III. O Vereador investido no cargo de Secretário Municipal não perderá o mandato.

Está CORRETO o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.

19. Considere as seguintes assertivas, à luz do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jardim/MS:

I. A função integrativa da Câmara Municipal é exercida mediante a cooperação das associações representativas na elaboração das leis municipais.

II. A aprovação de Projeto de Lei Complementar, a realização de Sessão Secreta e a aprovação de título honorífico submetem-se ao mesmo quórum deliberativo.

III. O Vereador que faltar, sem motivo justificado, a quatro Sessões Ordinárias consecutivas sujeita-se à penalidade de suspensão temporária do exercício do mandato, ainda que posteriormente obtenha licença para tratar de interesse particular.

IV. A rejeição do parecer prévio do Tribunal de Contas sobre as contas do Prefeito exige o voto favorável de, no mínimo, dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- (B) Apenas as assertivas II, IV e V estão corretas.
- (C) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- (D) Apenas as assertivas I, II, III e IV estão corretas.

20. Com base no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jardim/MS, analise as assertivas:

I. A investidura em cargo público ocorre com a posse, sendo a nomeação apenas uma das formas de provimento previstas no Estatuto.

II. A progressão funcional consiste na movimentação do servidor para a referência imediatamente superior, dentro da mesma classe, observando-se o critério de antiguidade, enquanto a ascensão funcional corresponde à elevação do servidor para classe imediatamente superior dentro da respectiva categoria.

III. A transferência de servidor estável para cargo de denominação diversa depende de habilitação em concurso público e poderá, nessa hipótese, ocorrer com alteração do valor do vencimento.

IV. O acesso consiste na investidura em função de direção, chefia, assessoramento ou assistência, inclusive quando se tratar de função de livre nomeação e exoneração.

V. O Estatuto prevê expressamente adicionais de insalubridade, periculosidade, serviço extraordinário, férias e adicional noturno, os quais possuem fatos geradores distintos e, em tese, podem ser percebidos cumulativamente, desde que preenchidos os respectivos requisitos legais.

Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Apenas as assertivas II, III e V estão corretas.
- (B) Apenas as assertivas I, II, III e V estão corretas.
- (C) Apenas as assertivas II, III, IV e V estão corretas.
- (D) Apenas as assertivas V e VI estão corretas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Em determinado Município, um Vereador apresentou projeto de lei criando cargos na estrutura administrativa do Poder Executivo e fixando seus vencimentos. O projeto foi regularmente aprovado pela Câmara, enviado ao Prefeito, sancionado e publicado. Posteriormente, foi suscitada a inconstitucionalidade da norma. À luz da teoria do processo legislativo e do controle preventivo e repressivo de constitucionalidade, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O vício é meramente político, pois a sanção do Prefeito convalida eventual irregularidade de iniciativa.
- (B) O projeto é constitucional, pois a Câmara detém competência legislativa plena sobre a organização administrativa municipal.
- (C) O projeto é formalmente inconstitucional por vício de iniciativa, sendo insuscetível de convalidação pela sanção do Prefeito.
- (D) O projeto somente será inconstitucional se houver aumento de despesa pública.

22. Analise as assertivas:

- I. Decreto Legislativo e Resolução independem de sanção do Prefeito.**
- II. A Emenda à Lei Orgânica é promulgada pelo Presidente da Câmara.**
- III. A Lei Complementar exige aprovação por maioria absoluta dos membros da Câmara.**
- IV. A rejeição do veto pelo Plenário exige quórum de maioria simples.**
- V. A Lei Delegada é elaborada pelo Prefeito mediante autorização legislativa.**

Está CORRETO o que se afirma em

- (A) I, III e IV, apenas.
- (B) I, III e V, apenas.
- (C) I, II, III e V, apenas.
- (D) II, III, IV e V, apenas.

23. Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A Comissão Parlamentar de Inquérito depende de aprovação da maioria absoluta do Plenário.
- (B) As Comissões Permanentes possuem atribuição exclusivamente opinativa, sendo-lhes vedada a realização de audiências públicas.
- (C) A CPI constitui direito das minorias parlamentares e será criada mediante requerimento de um terço dos membros da Câmara para apuração de fato determinado e por prazo certo.
- (D) As sessões secretas podem ser realizadas por deliberação da Mesa Diretora, independentemente de votação plenária.

24. Durante a tramitação de determinado projeto de lei, foram apresentadas as seguintes emendas:

- I. Emenda supressiva que elimina um inciso.**
- II. Emenda modificativa que altera a redação de um artigo.**
- III. Emenda substitutiva que substitui integralmente o projeto.**
- IV. Emenda aditiva que acrescenta novo dispositivo.**

Acerca da técnica legislativa aplicada às emendas parlamentares, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Apenas as emendas modificativas e aditivas são admitidas.
- (B) A emenda substitutiva somente pode alterar parte do projeto.
- (C) A emenda supressiva é incompatível com o processo legislativo municipal.
- (D) Todas as espécies de emenda descritas são admitidas pela técnica legislativa.

25. No curso da sessão legislativa ordinária, ocorreu a seguinte sequência de fatos:

- 1. O Prefeito encaminhou projeto de lei em regime de urgência.**
- 2. Havia veto pendente de apreciação.**
- 3. Encontrava-se em tramitação projeto de lei complementar.**
- 4. Foi apresentada proposta de Emenda à Lei Orgânica.**
- 5. O Presidente da Câmara convocou sessão extraordinária.**

À luz dos princípios do processo legislativo e das normas aplicáveis ao Poder Legislativo Municipal, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O projeto submetido ao regime de urgência possui disciplina própria, não alcançando projetos de lei complementar, e a sessão extraordinária somente poderá deliberar sobre as matérias para as quais foi convocada.
- (B) O regime de urgência sobresta todas as demais matérias, inclusive projetos de lei complementar e vetos.
- (C) A sessão extraordinária pode deliberar sobre qualquer matéria de interesse público.
- (D) A proposta de Emenda à Lei Orgânica poderá ser aprovada em turno único, desde que por maioria absoluta.

26. Determinada Câmara Municipal instaurou procedimento para apurar suposta quebra de decoro parlamentar praticada por um Vereador. Durante a instrução, o parlamentar apresentou questão de ordem arguindo vício procedimental, a qual foi indeferida pelo Presidente da Câmara. Em seguida, interpôs recurso regimental ao Plenário e, posteriormente, requereu licença para tratar de interesse particular. À luz dos princípios do processo legislativo e das normas regimentais aplicáveis ao Poder Legislativo Municipal, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O indeferimento de questão de ordem pelo Presidente é irrecurável, em razão do princípio da soberania das decisões da Presidência.
- (B) A licença para tratar de interesse particular suspende automaticamente o processo disciplinar parlamentar.
- (C) O processo disciplinar parlamentar deve observar o contraditório e a ampla defesa, sendo admissível recurso regimental quando expressamente previsto no Regimento Interno.
- (D) A quebra de decoro parlamentar constitui matéria interna corporis, sendo dispensável a observância do devido processo legal.

27. Analise as afirmativas seguintes.

I. A Mesa Diretora constitui órgão de direção dos trabalhos legislativos e administrativos da Câmara Municipal.

II. O Presidente da Câmara exerce atribuições legislativas, administrativas e de representação institucional do Poder Legislativo.

III. As Comissões Legislativas possuem função exclusivamente consultiva, sendo-lhes vedada a realização de diligências e audiências públicas.

IV. As lideranças partidárias e de bancadas desempenham funções de articulação política e organização dos trabalhos legislativos, nos termos regimentais.

V. O Plenário constitui órgão deliberativo e soberano da Câmara, dentro dos limites estabelecidos pela Constituição, pela Lei Orgânica e pelo Regimento Interno.

Estão CORRETAS

(A) I, II e III, apenas.

(B) I, II, IV e V, apenas.

(C) II, III e IV, apenas.

(D) I, III, IV e V, apenas.

28. Considere as seguintes assertivas:

I. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município é exercida pela Câmara Municipal mediante controle externo e pelos sistemas de controle interno de cada Poder.

II. O parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas sobre as contas do Prefeito somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

III. O controle externo municipal autoriza a Câmara Municipal a substituir-se ao Poder Executivo na prática de atos de gestão administrativa.

IV. A independência e a harmonia entre os Poderes impedem a fiscalização recíproca, vedando qualquer mecanismo de controle político-administrativo entre o Legislativo e o Executivo.

V. A Lei Orgânica Municipal, observados os princípios da Constituição Federal e da Constituição Estadual, constitui a norma fundamental de organização político-administrativa do Município.

Assinale a alternativa CORRETA.

(A) Apenas as afirmativas I, II e V estão corretas.

(B) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.

(C) Apenas as afirmativas II, III e V estão corretas.

(D) Apenas as afirmativas I, II, IV e V estão corretas.

29. Considere o seguinte dispositivo hipotético:

“Art. 5º Fica instituído o Programa Municipal de Incentivo à Cultura, sendo também criados os respectivos mecanismos de financiamento, revogando-se, ainda, as disposições em contrário e autorizando-se o Poder Executivo a regulamentar a presente Lei no prazo de noventa dias.”

À luz da Lei Complementar Federal nº 95/1998 e das regras de técnica legislativa, assinale a afirmativa CORRETA.

(A) O dispositivo atende integralmente à técnica legislativa, pois concentra em um único artigo todas as consequências jurídicas da norma.

(B) O dispositivo viola os princípios da clareza e da sistematização, pois reúne matérias distintas em um único artigo e utiliza cláusula genérica de revogação.

(C) A autorização para regulamentação pelo Poder Executivo é vedada pela Lei Complementar nº 95/1998.

(D) A cláusula “*revogam-se as disposições em contrário*” constitui técnica recomendada pela legislação de regência.

30. Analise as assertivas:

I. A clareza e a precisão são atributos essenciais da Redação Oficial.

II. O emprego de expressões rebuscadas e de construções literárias é recomendado quando se pretende conferir solenidade ao texto administrativo.

III. A impessoalidade constitui característica fundamental das comunicações oficiais.

IV. O pronome de tratamento “Vossa Excelência” exige concordância verbal na terceira pessoa.

Estão CORRETAS

(A) I, II e III, apenas.

(B) II e III, apenas.

(C) I, III e IV, apenas.

(D) I, II e IV, apenas.

31. Assinale a alternativa CORRETA.

(A) A revogação tácita constitui técnica preferencial de alteração normativa.

(B) A consolidação normativa tem por finalidade modificar o conteúdo material das leis consolidadas.

(C) A alteração de dispositivo legal deve preservar, sempre que possível, a numeração original dos artigos e observar a sistematização do ato normativo.

(D) A revogação expressa é incompatível com a técnica legislativa moderna.

32. Considere as afirmativas:

I. O artigo constitui a unidade básica de articulação dos textos normativos.

II. Os parágrafos podem desdobrar-se em incisos.

III. Os incisos podem ser subdivididos em alíneas.

IV. As alíneas podem ser subdivididas em itens.

V. O preâmbulo integra o conteúdo normativo propriamente dito e possui força cogente autônoma.

Está CORRETO o que se afirma em

(A) I, II, III e IV apenas.

(B) I, III e IV apenas.

(C) II, III, IV e V apenas.

(D) I, II, III, IV e V.

33. Um servidor da Câmara Municipal recebeu a incumbência de:

1. elaborar parecer técnico sobre projeto de lei;
2. redigir relatório legislativo;
3. preparar minuta de alteração de lei municipal;
4. expedir ofício ao Poder Executivo;
5. consolidar legislação municipal esparsa.

À luz da técnica legislativa, da redação oficial e das normas da Lei Complementar nº 95/1998, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O parecer técnico possui natureza exclusivamente opinativa, sendo dispensável a fundamentação jurídica.
- (B) A consolidação legislativa autoriza a alteração do conteúdo normativo das leis consolidadas.
- (C) O relatório legislativo deve conter apenas conclusão, sendo desnecessária a exposição dos fatos e da tramitação da matéria.
- (D) A elaboração de minuta de alteração legislativa e a redação das correspondências oficiais devem observar simultaneamente os princípios da clareza, precisão, concisão, padronização e uniformidade terminológica.

34. Determinada Câmara Municipal implementou um amplo programa de modernização administrativa, contemplando as seguintes medidas:

1. implantação de sistema eletrônico de tramitação legislativa;
2. mapeamento dos processos administrativos e legislativos;
3. instituição de indicadores de desempenho e gerenciamento de riscos;
4. criação de programa de integridade e código de ética;
5. disponibilização de dados em portal de transparência;
6. estabelecimento de canal permanente de atendimento ao cidadão;
7. revisão dos procedimentos de protocolo, arquivamento e gestão documental;
8. capacitação continuada dos servidores.

À luz dos princípios da Administração Pública, da governança pública e legislativa, da Lei de Acesso à Informação e da moderna gestão administrativa, analise as afirmativas:

- I. O gerenciamento de riscos, os indicadores de desempenho e o mapeamento de processos constituem instrumentos de governança e de melhoria da eficiência institucional.
- II. A transparência ativa impõe a divulgação espontânea de informações de interesse coletivo, independentemente de provocação do cidadão.
- III. O programa de integridade e o código de ética possuem finalidade exclusivamente disciplinar, não guardando relação com governança ou compliance.
- IV. A gestão da informação legislativa compreende a produção, tramitação, organização, preservação e disponibilização de documentos e dados produzidos pelo Poder Legislativo.
- V. A implantação de sistemas eletrônicos de tramitação legislativa dispensa a necessidade de gestão documental e de preservação da memória institucional.

VI. O atendimento institucional ao cidadão deve observar, simultaneamente, os princípios da eficiência, impessoalidade, publicidade e moralidade administrativa.

VII. A gestão por processos restringe-se às atividades administrativas de apoio, não alcançando o processo legislativo propriamente dito.

Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Apenas as afirmativas I, II, IV e VI estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I, II, III, IV e VI estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas II, III, V e VII estão incorretas.
- (D) Apenas as afirmativas I, II, IV, V e VI estão corretas.

35. Após auditoria interna, verificou-se que determinada Câmara Municipal apresentava:

1. ausência de padronização na tramitação das proposições;
2. deficiências no protocolo e arquivamento;
3. inexistência de controle sobre os documentos digitais;
4. falhas na comunicação institucional;
5. inexistência de indicadores de desempenho;
6. baixa integração entre os setores administrativos e legislativos;
7. dificuldade de acesso do cidadão às informações públicas.

Em razão disso, foi instituído programa de reorganização administrativa. A luz da Administração Pública contemporânea e da gestão legislativa, analise as assertivas:

- I. O fluxo documental legislativo constitui instrumento de gestão de processos, controle institucional e preservação da memória administrativa e legislativa.
- II. O protocolo e o arquivo possuem a mesma finalidade administrativa, podendo ser tratados indistintamente.
- III. A governança legislativa pressupõe mecanismos de liderança, estratégia, controle e prestação de contas.
- IV. A comunicação institucional e o trabalho em equipe constituem elementos relevantes para a eficiência administrativa e para a adequada prestação dos serviços públicos.
- V. O arquivamento definitivo impede, em qualquer hipótese, futuras consultas administrativas ou históricas.
- VI. A implementação de programas de integridade e de gestão por processos contribui para a mitigação de riscos, o fortalecimento institucional e o aperfeiçoamento da tomada de decisões.
- VII. A publicidade administrativa e o acesso à informação são incompatíveis com a autonomia político-administrativa do Poder Legislativo.

Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Apenas as afirmativas II, III, IV, V e VI estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I, III, IV e VI estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I, II, III, IV e VI estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas I, III, IV, VI e VII estão corretas.

36. Determinada Câmara Municipal implantou sistema de Gestão Eletrônica de Documentos (GED), promoveu a digitalização de seu acervo legislativo e passou a utilizar assinatura digital em seus expedientes.

Analise as afirmativas a seguir:

- I. A classificação documental organiza os documentos segundo funções, atividades e assuntos.
- II. A digitalização autoriza a eliminação imediata do documento físico.
- III. A cadeia de custódia assegura autenticidade, integridade e rastreabilidade documental.
- IV. Os documentos digitais submetem-se aos princípios arquivísticos e a requisitos específicos de preservação e autenticidade.
- V. O GED dispensa políticas de classificação e preservação documental.
- VI. O tratamento de dados pessoais em documentos públicos deve observar a LGPD.
- VII. A assinatura digital baseada em certificado da ICP-Brasil confere autenticidade e integridade aos documentos eletrônicos.

Está CORRETO o que se afirma em

- (A) I, II, III, IV e VII, apenas.
- (B) II, III, IV, V e VI, apenas.
- (C) I, III, IV, VI e VII, apenas.
- (D) I, III, V, VI e VII, apenas.

37. Durante a análise de pedido de acesso a documentos legislativos antigos, verificou-se a existência de documentos físicos e digitais, alguns contendo dados pessoais e informações restritas.

Analise as afirmativas:

- I. O arquivo corrente reúne documentos em tramitação ou frequentemente consultados.
- II. O arquivo intermediário é composto por documentos que aguardam destinação final ou consultas esporádicas.
- III. O arquivo permanente reúne documentos de valor histórico, probatório ou informativo.
- IV. O protocolo limita-se ao recebimento e à expedição de documentos.
- V. A existência de dados pessoais impede, em qualquer hipótese, o acesso ao documento.
- VI. A gestão documental legislativa compreende produção, tramitação, avaliação, preservação e destinação dos documentos.
- VII. A preservação dos acervos legislativos contribui para a memória institucional e o controle social.

Está CORRETO o que se afirma em

- (A) I, III, IV, VI e VII, apenas.
- (B) II, III, IV, V e VII, apenas.
- (C) I, II, III, V e VI, apenas.
- (D) I, II, III, VI e VII, apenas.

38. Determinada Câmara Municipal instaurou CPI para apurar irregularidades em contratação direta de empresa de tecnologia realizada pelo Poder Executivo, constatando-se possível dano ao erário, recebimento de vantagens indevidas por servidores, divulgação de dados pessoais e edição de decreto regulamentar que extrapolou os limites legais.

À luz da Constituição Federal, do Direito Administrativo e da Lei nº 14.133/2021, analise as afirmativas:

- I. A contratação direta realizada fora das hipóteses legais viola os princípios da legalidade, da impessoalidade e da moralidade administrativa.
- II. A sustação, pelo Poder Legislativo, de ato normativo do Executivo que exorbite do poder regulamentar constitui forma de controle parlamentar e expressão do sistema de freios e contrapesos.
- III. Os agentes públicos envolvidos poderão responder nas esferas administrativa, civil e penal, sendo objetiva a responsabilidade civil do Estado pelos danos causados a terceiros, com direito de regresso em caso de dolo ou culpa.
- IV. A existência de dados pessoais em documentos públicos afasta, em qualquer hipótese, os deveres de publicidade e transparência administrativa.
- V. Lei municipal que crie hipóteses de contratação direta em desacordo com a legislação nacional de licitações poderá ser submetida ao controle de constitucionalidade por violação ao regime constitucional de repartição de competências.
- VI. A instauração de CPI impede a atuação concomitante do Ministério Público e do Tribunal de Contas sobre os mesmos fatos.
- VII. A Administração indireta possui personalidade jurídica própria e submete-se aos princípios constitucionais da Administração Pública.

Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Apenas as afirmativas I, II, III, V e VII estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I, II, III e VII estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas II, III, IV, V e VII estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas I, III, V, VI e VII estão corretas.

39. À luz da Constituição Federal, da LRF, da LAI, da LGPD e da Lei nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir.

I. O controle da Administração Pública compreende mecanismos internos, externos e sociais.

II. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Município é exercida pela Câmara Municipal mediante controle externo e pelos sistemas de controle interno de cada Poder.

III. Transparência, publicidade e prestação de contas constituem manifestações do dever de accountability.

IV. A existência de dados pessoais em documentos públicos impede, em qualquer hipótese, o acesso às informações.

V. A fiscalização da execução orçamentária e dos contratos administrativos pode ensejar responsabilização na forma da Lei de Responsabilidade Fiscal.

VI. O parecer prévio do Tribunal de Contas sobre as contas do Prefeito somente deixa de prevalecer por decisão de dois terços da Câmara Municipal.

VII. O controle parlamentar autoriza o Poder Legislativo a substituir-se ao administrador na prática de atos de gestão.

VIII. A prestação de contas anual e a transparência fiscal constituem instrumentos de controle social.

Assinale a alternativa CORRETA.

(A) Apenas as afirmativas I, II, III, V, VI e VIII estão corretas.

(B) Apenas as afirmativas I, II, III, IV, V e VIII estão corretas.

(C) Apenas as afirmativas II, III, V, VI, VII e VIII estão corretas.

(D) Apenas as afirmativas I, III, IV, VI, VII e VIII estão corretas.

40. A Câmara Municipal implantou sistema eletrônico de tramitação legislativa, assinaturas digitais, armazenamento em nuvem e ferramentas de videoconferência, além de disponibilizar serviços por meio da plataforma gov.br.

À luz da Informática aplicada à Administração Pública, analise as afirmativas:

I. A assinatura eletrônica realizada por meio da conta gov.br possui níveis distintos de confiabilidade e pode ser utilizada em atos administrativos, observadas as exigências legais.

II. A digitalização de documentos e a Gestão Eletrônica de Documentos (GED) dispensam políticas de backup, preservação digital e controle de acesso às informações.

III. A certificação digital baseada em certificado ICP-Brasil assegura autenticidade, integridade e não repúdio aos documentos eletrônicos.

IV. Os sistemas informatizados de gestão legislativa e de processo eletrônico permitem o controle da tramitação documental, a pesquisa de informações e a preservação da memória institucional.

V. O armazenamento em nuvem elimina os riscos de perda de dados, tornando desnecessária a adoção de políticas de segurança da informação.

VI. A utilização de ferramentas de videoconferência e colaboração institucional exige a adoção de medidas relacionadas à proteção de dados e à segurança das informações.

VII. As planilhas eletrônicas do Microsoft Excel e do LibreOffice Calc permitem a utilização de fórmulas, funções e referências absolutas e relativas para tratamento de dados.

VIII. A navegação segura na internet e o uso do correio eletrônico recomendam a adoção de mecanismos de autenticação, atualização de sistemas e cautela com links e anexos suspeitos.

Assinale a alternativa CORRETA.

(A) Apenas as afirmativas I, III, IV, VI, VII e VIII estão corretas.

(B) Apenas as afirmativas I, II, III, IV, VII e VIII estão corretas.

(C) Apenas as afirmativas II, III, IV, V e VI estão corretas.

(D) Apenas as afirmativas I, III, V, VI, VII e VIII estão corretas.